JOÃO EBERHARDT FRANCISCO

O papel do juiz na efetivação dos valores constitucionais no processo

Dissertação de mestrado

Orientadora: Professora Doutora Susana Henriques da Costa

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE DIREITO DO LARGO DE SÃO FRANCISCO
São Paulo – 2014

RESUMO

O presente trabalho se propõe a investigar se a mudança da conformação da legislação, disposta em enunciados normativos que contém termos imprecisos, conceitos tipológicos, e a consequente exigência de tarefa hermenêutica diversa e mais intensa do que a que era procedida sob o modelo anterior, modifica o modo de ser do processo. Para tanto, analisa-se como a aceitação da eficácia plena das normas constitucionais afeta a função jurisdicional, impondo ao julgador a tarefa de continuamente verificar a adequação da norma aplicável à resolução de uma dada controvérsia ao modelo constitucional. Considerando-se que essa tarefa confere poder aumentado ao juiz, discute-se como sua autoridade está limitada pelo devido processo legal e conclui-se ser seu dever a efetivação no processo dos valores constitucionais inseridos nesse conceito, conferindo meios e oportunidades para que as partes exerçam amplamente seu direito de participação e influência no resultado que lhes afetará.

PALAVRAS-CHAVE

Juiz - partes - constitucional - contraditório - efetividade - discricionariedade - colaboração - gerenciamento.

ABSTRACT

The present work aims to investigate if the legislative conformation, arranged in normative statements containing imprecise terms, typological concepts, and the consequent hermenêutical task, distinct and more intense than it was preceded in the previous model, modifies the way of the process. For this, we look at how the acceptance of full effectiveness of constitutional norms affect judicial function, imposing the judge the task of continually checking the adequacy of the applicable rule to solve a given dispute resolution to the constitutional model. Whereas this task gives increased power to the judge, it is debated how his authority is bounded by the due process of law, and it is inferred that it is in his duty the full achievement of constitutional values in the process, providing means and opportunities to participate and to influence the result that will affect them.

KEY WORDS

Judge - parties - constitutional - adversarial - effectiveness - discretionarity - colaboration - management

INTRODUÇÃO

Um sistema que deposita toda sua confiança no juiz tende a exigir demasiadamente dessa figura e dos indivíduos que a exercem. Não obstante, parece em um primeiro momento que assim o é.

Com a ampliação de direitos albergados na Constituição e na legislação infraconstitucional, somada ao entendimento de que sua eficácia e plena aplicabilidade, exige-se do Poder Judiciário a tarefa de lidar com os anseios e frustrações daqueles que buscam a sua efetivação.

Além disso, transfere-se ao juiz parcela importante da atividade antes designada ao legislador, que é a de definir o âmbito de incidência da norma. Cabe ao juiz, em uma miríade de situações, descrever qual é a situação fática que, uma vez verificada, determina as consequências previstas no ordenamento.

Assim, diante de expressões como "função social" ou "boa-fé", o julgador deve analisar os fatos da causa e dizer se aquela situação se enquadra no conceito fluido e impreciso delineado pelo legislador.

Essa tarefa inegavelmente implica o aumento de poder do juiz e, se empreendida solitariamente, traz o risco do abuso e do consequente arbítrio. Somente o chamado "juiz Hércules" imaginado por RONALD DWORKIN, dotado de "capacidade, sabedoria, paciência e sagacidade sobre-humanas"¹, seria capaz de empreender a atividade que se lhe exige sem incorrer em falhas.

Todavia, se de um lado se verifica o aumento de possibilidades hermenêuticas pelo juiz e a consequente ampliação do seu poder, tem-se de outro lado que o próprio sistema constitucional institui medidas de controle e limitação da forma de exercício desse poder.

¹ *Levando os direitos a sério*, 3ª ed., São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010, p. 165.

Esse é o objeto do presente trabalho: busca-se investigar de que forma se atinge o equilíbrio entre a mudança da função jurisdicional e a necessária contrapartida consistente na participação dos que estão sujeitos à autoridade estatal nos processos decisórios que resultarão na decisão que os afetará, como é próprio do Estado Democrático de Direito.

Para tanto, estabelece-se no primeiro capítulo a premissa fundamental de que os valores constitucionais devem ser aplicados. Não se trata de utopia ou ingenuidade pensar que sua concreção, embora não seja possível de imediato, é uma meta a ser perseguida continuamente, e que o juiz não pode ser furtar a essa tarefa.

Em seguida, vê-se que a referida ampliação da tarefa hermenêutica traz características para a decisão judicial que até então eram vistas como próprias das decisões administrativas discricionárias. Essa constatação leva à conclusão de que essa aproximação não deve significar a imunidade de revisão da decisão judicial, sendo justamente a possibilidade de controle pleno, mediante recurso, o caráter que precipuamente a distingue da decisão discricionária *plena* ou *pura*.

Assim sendo, propugna-se que as partes devem poder influenciar a realização das escolhas pelo magistrado ao proceder o raciocínio que conduzirá à decisão; ao invés de negar que exista a possibilidade de serem efetuadas opções, pensa-se que está em maior consonância com a realidade e com os valores constitucionais permitir aos jurisdicionados que participem dessa importante etapa do processo decisório.

Com MIRJAN DAMASKA, verifica-se que a compreensão do processo decisório é em parte consequência da forma de organização da autoridade estatal, sendo que um sistema em que o juiz se encontre no mesmo patamar hierárquico que as partes é mais propício para a obtenção de uma solução construída pelas partes, mediante diálogo, o que tem potencial para aumentar a aceitação daquele resultado.

Com essas premissas, parte-se para a análise da compatibilidade dos conceitos de instrumentalidade e efetividade do processo com o modelo constitucional de processo aproxima-os do ideal coordenado da organização estatal, e conduz a ideia de participação ativa do juiz em equilíbrio com o atendimento ao contraditório.

Traz-se, ainda, exemplos na experiência estrangeira, verificando-se que os sistemas estadunidense e francês, com forte tradição adversarial, tem obtido resultados interessantes com a perseguição desse equilíbrio entre a necessária observância do contraditório e o papel ativo do juiz, especialmente na direção do processo.

Combinando esses conceitos com as premissas adotadas em relação ao sistema brasileiro, chega-se ao conceito do dever de cooperação ou de participação contraditória. Trata-se do já referido equilíbrio entre a condução ativa do processo e a participação do juiz no contraditório, com o respeito ao direito das partes de serem ouvidas, de participarem no processo decisório e de influenciarem o resultado final que lhes sujeitará, de modo a lhe conferir legitimação.

Por fim, verifica-se que esse dever está previsto no Código de Processo Civil vigente, mas, em linha com a experiência internacional, especialmente dos sistemas aqui estudados e com o direito processual português, se encontra em destaque no projeto de novo CPC.

Tem-se, aqui, não mais a figura do juiz "Hércules", mas o juiz "Hermes", proposto por FRANÇOIS OST², que, em sua função de mensageiro, é o "mediador universal" e melhor se presta ao caráter dialético exigido pelo atual paradigma hermenêutico.

² Disponível em <http://www.cervantesvirtual.com/obra/jpiter-hrcules-y-hermes--tres-modelos-de-juez-0/>, acesso em 15/01/2014.

CONCLUSÃO

Foi visto nesse trabalho que o manejo da técnica processual, especialmente com a condução ativa do processo pelo juiz, tem potencial para aproximar o método estatal de resolução de conflitos ao modelo constitucional às especificidades das controvérsias de direito material, estas últimas consideradas sob a ótica do pós-positivismo.

Essa constatação não é feita, todavia, sem a ponderação do tamanho da tarefa que se exige do Poder Judiciário e, como dito de início, dos indivíduos que exercem a função jurisdicional.

São conhecidas as limitações materiais e humanas da máquina judiciária³, o que evidentemente interfere com a eficiência da solução judicial de controvérsias para a implementação dos valores constitucionais.

³ O que não significa necessariamente falta de recursos financeiros, desconhecendo-se o papel que uma melhor gestão poderia exercer para se alcançar melhores resultados com os orçamentos existentes. MARIA TEREZA SADEK aponta que: "A questão dos recursos materiais normalmente é sublinhada em diagnósticos elaborados pelos operadores do sistema de justiça. Lembram eles que muitas varas ainda operam em situação muito precária, que os serviços não estão informatizados, que os proventos dos juízes são inferiores aos de outros graduados em Escolas de Direito, que o salário pago para o pessoal de apoio é insuficiente para o recrutamento de uma mão de obra qualificada. Magistrados entrevistados pelo IDESP (SADEK, 1995a e SADEK, ARANTES, PINHEIRO, 2001) apontaram a escassez de recursos materiais como o principal obstáculo a uma adequada prestação jurisdicional (86% afirmaram ser este fator "extremamente importante" ou "muito importante"). Na mesma direção pronunciaram-se os integrantes do Ministério Público dos Estados: para 81%, este fator aparece como "muito importante" ou "importante" para explicar as deficiências na justiça (SADEK, 1997). Este tema tem provocado embates entre membros do Legislativo e do Executivo de um lado e da Justiça de outro. Uma vez mais, ainda que reconheçam que se trata de um fator importante, estudos comparativos internacionais demonstram não haver correlação significativa entre o montante de recursos à disposição da justiça e a eficiência na prestação jurisdicional. Ou seja, incrementos em recursos não provocam iguais crescimentos na agilidade e na previsibilidade dos serviços prestados. (SADEK, Maria Tereza, Poder Judiciário: perspectivas de reforma, Revista Opinião Pública, v. 10, n. 1, Campinas, 2004, disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762004000100002&lng=en&nrm=iso, acesso em 28 de setembro de 2013.)

Nesse sentido, ainda, tenha-se em conta que o relatório "Justiça em números" de 2012, publicado pelo CNJ, apurou que "A despesa total da Justiça alcançou a cifra de 50,4 bilhões, sendo que aproximadamente 90 % refere a gastos com recursos humanos, um total de R\$ 45,2 bilhões. Importante explicar que as despesas com RH consideram todos os servidores ativos, inativos, instituidores de pensão, servidores que não integram o quadro efetivo, além de incluir a remuneração e todos os demais encargos tais como: ajuda de custo, diárias, passagens, auxílios, entre outros" (p. 447).

Ao Judiciário faltam equipamentos, locais adequados para armazenamento dos autos processuais, para a consulta dos mesmos pelos advogados e para a realização das audiências. Faltam profissionais estimulados e treinados, não só na área jurídica, mas também na organização administrativa da sua atividade⁴.

Aliás, essa falta de preparo faz com que, por vezes, instrumentos concebidos para o aprimoramento do processo, em sua eficiência e justiça, como a audiência prévia de conciliação, tornem-se apenas um iter procedimental sem maior significado ou consequência, vez que os conciliadores, com honrosas exceções, não têm conhecimento da causa e não estão tecnicamente preparados para aproximar as partes ou sugerir soluções.

A superação dessas condicionantes encontra maiores dificuldades, pois exige maior aporte e melhor gerenciamento dos recursos financeiros do Poder Judiciário⁵. Necessário, portanto, o reconhecimento da mudança do papel do Judiciário - e não apenas do seu agente, o juiz - como responsável por administrar de forma mais eficiente os recursos materiais e humanos que estão a sua disposição.

Faz-se essas ressalvas, pois sabe-se que a tarefa exigida constitucionalmente do Judiciário é imensa e com a estrutura de que atualmente dispõe sua consecução beira a impossibilidade.

⁴ Muito embora os relatórios "Justiça em números" do CNJ não tragam informações diretamente relacionadas à existência ou não de estrutura ou de experiência de gestão administrativa dos cartórios judiciais, reservando-se a avaliação dos índices como orçamento, número de sentenças proferidas, número de processos entrados e baixados, e gastos com remuneração, esses dados municiam outras iniciativas daquele órgão voltados à melhoria da gestão, como o "banco de boas práticas de gestão do Poder Judiciário", previsto na Resolução 70 daquele órgão, e a "Cartilha da Gestão Estratégica do Poder Judiciário" (disponível em http://www.cnj.jus.br/images/gestao-planejamento-poder-judiciario/metodologia-gestao-estrategica/cartilha_gest_nac_jud.pdf, acesso em 28 de setembro de 2013).

⁵ Tem-se notícia de pesquisa a esse respeito, que até o presente momento aguarda publicação, realizada por pesquisadores da Faculdade de Direito de Vitória, coordenados por CAROLINA BONADIMAN ESTEVES, em que se buscou aprofundar as informações sobre a existência de infraestrutura e de práticas de gestão em cartórios judiciais das quatro capitais dos Estados do sudeste brasileiro, tendo-se verificado que: "A gestão é ponto indispensável para a celeridade processual. Por quê? Com uma boa gestão, mesmo varas com estrutura ruim, recursos humanos e materiais, podem obter boa movimentação e celeridade no processo. É o caso que nós notamos nas varas criminais estaduais. E até para identificar a prioridade de cada deficiência estrutural que merece ser eliminada também é preciso implementar um sistema de gestão eficaz." E conclui a coordenadora da pesquisa que: "As deficiências de estrutura material e humana também devem ser eliminadas, mas com o objetivo de potencializar os resultados obtidos com a gestão e o desempenho dessas varas." (*Pesquisa Empírica... cit.*, p. 322).

Todavia, a necessária solução das limitações estruturais do Judiciário não pode afastar a noção de que ele não está apartado das demais funções do Estado e que lhe cabe, assim como aos demais, perseguir as metas constitucionais com os recursos, insuficientes por certo, que detém. Em suma, deve-se buscar realizar o máximo com o pouco que se tem e, para tanto, contribuem as técnicas gerenciais advindas dos campos da administração pública e privada.

Pensa-se, nesse sentido, que não se deve confundir a independência e a autonomia do Poder Judiciário com seu isolamento das discussões de aprimoramento das funções do Estado, o que, aliás, não mais ocorre, merecendo destaque o papel do Conselho Nacional de Justiça nesse mister. Encontra-se hoje relevante volume de informações sobre o funcionamento do Judiciário e sobre práticas bem sucedidas adotadas pelos Tribunais pátrios que contribuem para a melhoria do exercício da função judicial.

E se há espaço para melhoria, dentro da conjuntura atual, definitivamente há que se perseguir a mudança cultura ou de mentalidade dos operadores do direito, para que não mais se contentem com o manejo do processo como meio ineficiente, burocratizado e formalizado de exercício do poder estatal. A realização do contraditório com a efetiva participação do juiz que se prepara para a causa desde o seu início, conhecendo as peculiaridades da controvérsia e indagando as partes quanto aos pontos que mereçam esclarecimentos, é viável e necessária.

Trata-se, importante repetir, de comando da norma constitucional, não se podendo relegá-lo ao âmbito das normas que não produzem efeitos, que equivalem a promessas bem intencionadas que não se concretizam.

Tem-se, ademais, que a efetivação do valor constitucional de ser ouvido, de participar do processo decisório que produzirá a ordem estatal e de influenciar o resultado que sujeitará as partes, se bem conduzido, tem potencial para aumentar a eficiência do processo, e não apenas resultar na sua efetividade.

Um processo bem conduzido, desde seu início, está mais apto para eliminar discussões inúteis e protelatórias, a focar o debate sobre as questões que realmente envolvam a controvérsia, economizando o tempo e o custo do funcionamento da máquina estatal.

Além disso, e aqui reside questão fundamental, a percepção das partes de que efetivamente foram ouvidas, de que seus argumentos foram considerados e produziram efeitos no raciocínio do julgador, ainda que eles não obtenham o resultado esperado, legitima o resultado e atua em favor da pacificação social.

Não se está dizendo, por fim, que as partes aceitarão placidamente o resultado do julgamento se o contraditório for realizado em cooperação, pois, como repetiu-se ao longo desse estudo, as partes buscam a satisfação dos seus interesses e logicamente estarão contrariadas se não o obtiverem.

Contudo, ainda maior será sua insatisfação e a disposição de empenhar tempo, dinheiro e esforços se sequer tiverem sido ouvidas.

A expectativa de que em oportunidade seguinte o juiz lhe ouvirá ou de que o grau recursal enfim responderá seus questionamentos é estímulo presente em nossa realidade, que pode ser eliminado com a efetivação dos valores que já estão albergados no sistema e com o manejo das técnicas que já estão previstas em nosso ordenamento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALEXY, Robert, *Teoria dos Direitos Fundamentais*, trad. Virgílio Afonso da Silva, 2ª edição, São Paulo: Malheiros, 2011.
- AMRANI-MEKKI, Soraya, (em coautoria), NORMAND, Jacques, CADIET, Loïc, *Théorie générale du procès*, Paris: Presses Universitaires de France, 2010.
- ANDREWS, Neil, *Judicial Discretion in Common Law Jurisdictions: England, Australia, Canada and the U.S.A.* in HESS, Burkhard e STORME, Marcel (cords.), *Discretionary Power of the Judge: limits and control*, Mechelen: Kluwer, 2003.
- ARAÚJO CINTRA, Antonio Carlos (em coautoria), DINAMARCO; Cândido Rangel, GRINOVER, Ada Pellegrini, *Teoria Geral do Processo*, 25ª edição, São Paulo: Malheiros, 2009.
- AROCA, Juan Montero, *El proceso civil llamado 'social' como instrumento de 'justicia' autoritaria* in AROCA, Juan Montero (coord.), *Proceso civil e ideologia - Un prevacio, una sentencia, dos cartas y quince ensayos*, Valencia: Tirant Lo Blanch, 2006.
- ÁVILA, Humberto, *Teoria dos Princípios: da definição à aplicação dos princípios jurídicos*, 12ª edição, São Paulo: Malheiros, 2011.
- BAPTISTA DA SILVA, Ovídio Araújo, *O viés autoritário da jurisdição - recursos* in *Processo e Ideologia*, 2ª edição, Rio de Janeiro: Forense, 2006.
- BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio, *Discrecionalidade e Controle Jurisdicional*, 2ª edição, 11ª tiragem, São Paulo: Malheiros, 2012.
- BARBOSA MOREIRA, José Carlos, *O juiz e a prova*, Revista de Processo, vol. 35, São Paulo: Revista dos Tribunais, 1984, p. 178.
- _____, *A Garantia do Contraditório na Atividade de Instrução*, Revista de Processo, vol. 35, São Paulo: Revista dos Tribunais, 1984.

- _____, *A função social do Processo Civil Moderno e o Papel do Juiz e das Partes na Direção e na Instrução do Processo*, Revista de Processo, vol. 37, São Paulo: Revista dos Tribunais, 1985, p. 140.
- _____, *Efetividade do Processo e Técnica Processual in Temas de Direito Processual – sexta série*, São Paulo: Saraiva, 1997.
- _____, *Miradas sobre o Processo Civil Contemporâneo in Temas de Direito Processual – Sexta Série*, São Paulo: Saraiva, 1997.
- _____, *Uma Novidade: O Código de Processo Civil Inglês*, Revista de Processo, vol. 99, São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.
- _____, *Duelo e Processo*, Revista de Processo, vol. 112, São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003, p. 177.
- _____, *O processo civil contemporâneo: um enfoque comparativo in Temas de direito processual – nona série*, São Paulo: Saraiva, 2007.
- _____, *Correntes e contracorrentes no processo civil contemporâneo in Temas de direito processual – nona série*, São Paulo: Saraiva, 2007.
- _____, *Neoprivatismo no Processo Civil in Temas de direito processual – nona série*, São Paulo: Saraiva, 2007.
- _____, *A Revolução Processual Inglesa*, Revista de Processo, vol. 118, São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.
- _____, *Notas sobre as recentes reformas do processo civil francês*, Revista de Processo, vol. 150, São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.
- BARROSO, Luís Roberto, *O Novo Direito Constitucional Brasileiro: contribuições para a construção teórica e prática da jurisdição constitucional no Brasil*, Belo Horizonte: Fórum, 2013.

- BEDAQUE, José Roberto dos Santos, *Discrecionalidade Judicial*, Revista Forense, vol. 354, Março-Abril, 2001.
- _____, *Efetividade do Processo e Técnica Processual*, 2ª edição, São Paulo: Malheiros, 2007.
- _____, *Direito e Processo: influência do direito material sobre o processo*, 5ª edição, São Paulo: Malheiros, 2009.
- _____, *Poderes Instrutórios do Juiz*, 4ª edição revista, atualizada e ampliada, São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.
- BENETI, Sidnei Agostinho, *Magistrados: uma imagem em movimento*, Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- BOBBIO, Norberto, *O Positivismo Jurídico: Lições de Filosofia do Direito*, São Paulo: Ícone, 1995.
- BONAVIDES, Paulo, *Curso de Direito Constitucional*, 28ª edição, São Paulo: Malheiros, 2013.
- BONELLI, Maria da Glória, *Pesquisa Empírica em Direito: Anais do I Encontro de Pesquisa Empírica em Direito*, CUNHA, Alexandre dos Santos e SILVA, Paulo Eduardo Alves da (coord. e org.), disponível em http://ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_pesquisa_empirica_direito.pdf, acesso em 25 de setembro de 2013.
- BONÍCIO, Marcelo José Magalhães, *Ensaio sobre o dever de colaboração das partes previsto no projeto do novo Código de Processo Civil brasileiro*, Revista de Processo, v. 190, São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.
- BOTELHO DE MESQUITA, José Ignacio, *As novas tendências do direito processual – uma contribuição para o seu reexame*, Revista Forense, vol. 361, Rio de Janeiro: Forense, 2002.

- BUENO, CASSIO SCARPINELLA, *Curso Sistematizado de Direito Processual Civil: teoria geral do direito processual civil*, vol. 1, 7ª edição revista e atualizada, São Paulo: Saraiva, 2013.
- CABRAL, Antonio do Passo, *O contraditório como dever e a boa-fé processual objetiva*, Revista de Processo, vol. 126, São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.
- CADIET, Loïc, *Case management judiciaire et déformalisation de la procédure*, Revue française d'administration publique, v. 125, 2008, disponível em http://www.cairn.info/article.php?ID_REVUE=RFAP&ID_ARTICLE=RFAP_125_0133, acesso em 4 de julho de 2011.
- _____, *L'hypothèse de l'américanisation de la justice française: mythe et réalité* in Arch. Phil. Droit, 2001, v. 45.
- _____, *Complessità e riforma del processo civile francese* in *Saggi di diritto straniero e comparato*, [s.l.]: [s.d.].
- _____, (em coautoria), NORMAND, Jacques, AMRANI-MEKKI, Soraya, *Théorie générale du procès*, Paris: Presses Universitaires de France, 2010.
- _____, (em coautoria), JEULAND, Emmanuel, *Droit Judiciaire Privé*, 7ª edição, Paris: LexisNexis, 2011.
- CALAMANDREI, Piero, *Il processo come giuoco*, Rivista di Diritto Processuale, vol. V, Padova: CEDAM, 1950.
- CAMBI, Eduardo, *Neoconstitucionalismo e Neoprocessualismo: direitos fundamentais, políticas públicas e protagonismo judiciário*, 2ª edição, São Paulo, Revista dos Tribunais, 2011.
- CAPPELLETTI, Mauro (em coautoria); GARTH, Bryanth, *Acesso à justiça*, trad. e rev. de Ellen Gracie Northfleet, Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1998.
- _____, *Juízes Legisladores?*, trad. Carlos Alberto Alvaro de Oliveira, Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1993, reimpressão 1999.

- CIPRIANI, Franco, *El processo civil italiano entre revisionistas y negacionistas* in AROCA, Juan Montero (coord.), *Proceso civil e ideologia - Un prevacio, una sentencia, dos cartas y quince ensayos*, Valencia: Tirant Lo Blanch, 2006.
- CHAINAIS, Cécile (em coautoria), FERRAND, Frédérique, GUINCHARD, Serge, *Procédure civile: droit interne et droit de l'Union européenne*. 30^a edição inteiramente reformulada, Paris: Dalloz, 2010.
- CHASE, Oscar, *Law, Culture, and Ritual - disputing systems in cross-cultural context*, Nova Iorque, Londres: New York University, 2005.
- _____, *American Exceptionalism and Comparative Procedure* in New York University School Of Law – Public law and Legal Theory Working Paper – Research Paper No. 39, 2002. Disponível em <http://ssrn.com/abstract_id=306759>, acesso em 3 de janeiro de 2014.
- _____, *Discretion in Cultural Context* in HESS, Burkhard e STORME, Marcel (coords.), *Discretionary Power of the Judge: limits and control*, Mechelen, Bélgica: Kluwer, 2003.
- CHIOVENDA, Giuseppe, *Instituições de Direito Processual Civil*, vol. III, 1^a edição, tradução da 2^a edição italiana por J. Guimarães Menegale, com notas de E. T. Liebman, São Paulo: Saraiva, 1945.
- COMOGLIO, Luigi Paolo, *Etica e Tecnica del Giusto Processo*, Torino: G. Giappichelli, 2004.
- _____, *Garanzie Costituzionali e "Giusto Processo" (Modelli a Confronto)*, Revista de Processo, vol. 90, São Paulo: Revista dos Tribunais, 1998.
- _____, *The Discretionary Powers of the Civil Judge* in *Discretionary Power of the Judge: limits and control*, HESS, Burkhard e STORME, Marcel (coords.), Mechelen: Kluwer, 2003.
- CONSOLO, Claudio, *Discretionary Powers and Hierarchy of Judges: Variations on Four Recent Issues Arising From Case Law And Legislation - in the three main law*

systems: France, Germany, Italy in HESS, Burkhard e STORME, Marcel (coords.), *Discretionary Power of the Judge: limits and control*, Mechelen: Kluwer, 2003.

CORRÊA, Fábio Peixinho Gomes, *Governança Judicial*, São Paulo: Quartier Latin, 2012.

COSTA, Susana Henriques da, *Condições da Ação*, São Paulo: Quartier Latin, 2005.

_____, *O processo coletivo na tutela do patrimônio público e da moralidade administrativa: ação de improbidade administrativa, ação civil pública e ação popular*, São Paulo: Quartier Latin, 2009.

COUTURE, Eduardo Juan, *Estudios de Derecho Procesal Civil*, t. 1, 4ª edição, Buenos Aires: Depalma/Lexis Nexis, 2003.

CRUZ E TUCCI, José Rogério, (em coautoria) e TUCCI, Rogério Lauria, *Constituição de 1988 e Processo: Regramentos e garantias constitucionais do processo*, São Paulo: Saraiva, 1989.

_____, *A causa petendi no direito processual civil brasileiro*, v. 27, coleção Estudos de Direito de Processo Enrico Tullio Liebman, 2ª edição revista, atualizada e ampliada, São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.

_____, *Lineamentos da Nova Reforma do CPC*, 2ª edição, São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

DALLARI, Dalmo de Abreu, 3ª edição, *O poder dos juízes*, São Paulo: Saraiva, 2008.

DAMASKA, Mirjan R., *The Faces of Justice and State Authority: a comparative approach to the legal process*, New Haven, Londres: Yale University, 1986.

DEL CLARO, Roberto, *Direção Material do Processo*, Tese apresentada à Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor em Direito sob orientação do prof. FLÁVIO LUIZ YARSHELL, 2009.

DIDIER JR., Fredie, *Os três modelos de direito processual: inquisitivo, dispositivo e cooperativo*, Revista de Processo, vol. 198, São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

- DINAMARCO, Cândido Rangel, *A Reforma do Código de Processo Civil*, 3ª edição, São Paulo: Malheiros, 1996.
- _____, *A reforma da Reforma*, 6ª edição, revista e atualizada, São Paulo: Malheiros, 2003.
- _____, *Nova era do Processo Civil*, São Paulo: Malheiros, 1ª edição, 2003.
- _____, (em coautoria); ARAÚJO CINTRA, Antonio Carlos; GRINOVER, Ada Pellegrini, *Teoria Geral do Processo*, 25ª edição, São Paulo: Malheiros, 2009.
- _____, *A Instrumentalidade do Processo*, 14ª edição, São Paulo: Malheiros, 2009.
- _____, *Instituições de Direito Processual Civil*, v. 1, 6ª edição, São Paulo: Malheiros, 2009.
- _____, *Instituições de Direito Processual Civil*, v. 3, 6ª edição, São Paulo: Malheiros, 2009.
- _____, *Fundamentos do Processo Civil Moderno*, vol. I, 6ª ed., São Paulo: Malheiros, 2010.
- DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella, *Discrecionalidade Administrativa na Constituição de 1988*, 2ª edição, São Paulo: Atlas, 2001.
- _____, *Discrecionalidade Administrativa e Controle Judicial da Administração in* SALLES, Carlos Alberto de (org.), *Processo Civil e Interesse Público: O processo como instrumento de defesa social*, São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.
- FASCHING, Hans Walter, *A posição dos princípios da oralidade e da imediação no processo civil moderno*, Revista de Processo, n. 39, São Paulo: Revista dos Tribunais, 1985.
- FERRAND, Frédérique, *The respective role of the judge and the parties in the preparation of the case in France*, TROCKER, Nicolò; VARANO, Vincenzo, *The reforms of civil procedure in comparative perspective: an International Conference dedicated to Mauro Cappelletti, Florence, 12-13 December, 2003*, Turim: G. Giappichelli, 2005.
- _____, (em coautoria), CHAINAIS, Cécile, GUINCHARD, Serge, *Procédure civile: droit interne et droit de l'Union européenne*, 30ª edição inteiramente reformulada, Paris: Dalloz, 2010.

- FISS, Owen, *Um novo processo civil: estudos norte-americanos sobre jurisdição, constituição e sociedade*, São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.
- _____, *Two Models of Adjudication*, in: GOLDWIN, Robert; SCHAMBRA, William A., *How Does the Constitution Secure Rights?*, Washington, Londres: American Enterprise Institute for Public Policy Research, 1985.
- FRIEDENTHAL, Jack (em coautoria); KAY KANE, Mary; MILLER, Arthur, *Civil procedure*, 3ª edição, St. Paul: West Group, 1999.
- GAJARDONI, Fernando da Fonseca, *Flexibilização Procedimental – Um Novo Enfoque para o Estudo do Procedimento em Matéria Processual*, São Paulo: Atlas, 2008.
- _____, *Os princípios da adequação e da adaptabilidade (flexibilidade) procedimental na teoria geral do processo* in ZUFELATO, Camilo e YARSHELL, Flávio Luiz (orgs.), *40 anos da Teoria Geral do Processo no Brasil*, São Paulo: Malheiros, 2013.
- GARTH, Bryanth (em coautoria), CAPPELLETTI, Mauro, *Acesso à justiça*, trad. e rev. de Ellen Gracie Northfleet, Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1998.
- GOUVEIA, Lúcio Grassi de, *A função legitimadora do princípio da cooperação intersubjetiva no processo civil brasileiro*, Revista de Processo, vol. 172, São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.
- GRAU, Eros, *Por que tenho medo dos juízes: a interpretação/aplicação do direito e os princípios*, 6ª edição refundida do Ensaio e Discurso sobre a Interpretação do Direito, São Paulo: Malheiros, 2013.
- GRINOVER, Ada Pellegrini, *A Garantia Constitucional do Direito de Ação e sua Relevância no Processo Civil*, São Paulo: Revista dos Tribunais, 1972.
- _____, *Os princípios constitucionais e o Código de Processo Civil*, São Paulo, Bushatsky, 1975.

_____, *O Processo Constitucional em Marcha - Contraditório e ampla defesa em cem julgados do Tribunal de Alçada Criminal de São Paulo*, São Paulo: Max Limonad, 1985.

_____, (em coautoria), ARAÚJO CINTRA, Antonio Carlos, DINAMARCO, Cândido Rangel, *Teoria Geral do Processo*, 25ª edição, São Paulo: Malheiros, 2009.

_____, *O controle de políticas públicas pelo Poder Judiciário in O Processo: Estudos e Pareceres*, 2ª edição, São Paulo: DPJ, 2009.

GUINCHARD, Serge (em coautoria), CHAINAIS, Cécile, FERRAND, Frédérique, *Procédure civile: droit interne et droit de l'Union européenne*, 30ª edição inteiramente reformulada, Paris: Dalloz, 2010.

HAZARD JR., Geoffrey (em coautoria); JAMES JR., Fleming; LEUBSDORF, John, *Civil procedure*, 5ª edição, Nova Iorque: Foundation Press, 2001.

_____, (em coautoria); TARUFFO, Michele. *American Civil Procedure: an introduction*. New Haven, Londres: Yale University, 1993.

HESS, Burkhard, *Judicial Discretion* in HESS, Burkhard e STORME, Marcel, Mechelen (coords.), *Discretionary Power of the Judge: limits and control*, Mechelen: Kluwer, 2003.

HESSE, Konrad, *A Força Normativa da Constituição*, trad. Gilmar Mendes, Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1991.

JAMES JR., Fleming (em coautoria); HAZARD JR., Geoffrey; LEUBSDORF, John, *Civil procedure*, 5ª edição, Nova Iorque: Foundation Press, 2001.

JEULAND, Emmanuel, (em coautoria) e CADIET, Loïc, *Droit Judiciaire Privé*, 7ª edição, Paris: LexisNexis, 2011.

KAY KANE, Mary (em coautoria); FRIEDENTHAL, Jack; MILLER, Arthur, *Civil procedure*, 3ª edição, St. Paul: West Group, 1999.

- KESSLER, Amalia, *Our inquisitorial tradition: equity procedure, due process, and the search for an alternative to the adversarial*”, in: *Stanford Public Law and Legal Theory Working Paper Series*, disponível em <<http://ssrn.com/abstract=630613>>, acesso em 21 de março de 2011.
- KNIJNIK, Danilo, *Os standards do convencimento judicial: paradigmas para o seu possível controle*, Revista Forense, vol. 353, Rio de Janeiro: Forense, 2001.
- LACERDA, Galeno, *Despacho Saneador*, 3ª edição, Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris, 1990.
- LEFOR, Christophe, *Procédure civile*, 3ª edição, Paris: Dalloz, 2009.
- LEONEL, Ricardo de Barros, *Direito Processual Civil Francês in CRUZ E TUCCI, José Rogério (coord.), Direito Processual Civil Contemporâneo*, Lex, São Paulo, 2010.
- LEUBSDORF, John (em coautoria); JAMES JR., Fleming; HAZARD JR., Geoffrey, *Civil procedure*, 5ª edição, Nova Iorque: Foundation Press, 2001.
- LIEBMAN, Enrico Tullio, *Diritto Costituzionale e Processo Civile in Problemi del Processo Civile*, Milão: Morano, 1962.
- _____, *Manual de direito processual civil*, trad. Cândido Rangel Dinamarco, São Paulo: Malheiros, v. 1, 3ª edição, 2005.
- LOPES, João Batista, *Efetividade da tutela jurisdicional à luz da constitucionalização do processo civil*, Revista de Processo, São Paulo: Revista dos Tribunais, n. 116, 2004.
- LUCON, Paulo Henrique dos Santos, *Garantia do Tratamento Paritário das Partes in CRUZ E TUCCI, José Rogério (coord.), Garantias Constitucionais do Processo Civil*, São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999.
- MANCUSO, Rodolfo de Camargo, *A Resolução dos Conflitos e a Função Judicial no Contemporâneo Estado de Direito*, São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.
- MARCUS, Richard (em coautoria); REDISH, Martin; SHERMAN, Edward, *Civil procedure: a modern approach*, 2ª edição, St. Paul: West Publishing, 1995.

- MARINONI, Luiz Guilherme (em co-autoria); MITIDIERO, Daniel, *O Projeto do CPC: críticas e propostas*, São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.
- MARQUES, Floriano Azevedo, *Discrecionariade Administrativa e Controle Judicial da Administração in* SALLES, Carlos Alberto de (org.), *Processo Civil e Interesse Público: O processo como instrumento de defesa social*, São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.
- MARTINS-COSTA, Judith, *Comentários ao novo Código Civil*, vol. V, t. II: do inadimplemento das obrigações, Rio de Janeiro: Forense, 2009.
- MIRANDA, Adriana Andrade (em coautoria); SOUZA JR., José Geraldo de; SILVA, Fábio de Sá; e PAIXÃO, Cristiano, *Pensando o Direito: Observatório do Judiciário*, n. 15/2009, disponível em http://participacao.mj.gov.br/pensandoodireito/wp-content/uploads/2012/11/15Pensando_Direito.pdf, acesso em 27 de setembro de 2013.
- MILLER, Arthur (em coautoria); FRIEDENTHAL, Jack; KAY KANE, Mary, *Civil procedure*, 3ª edição, St. Paul: West Group, 1999.
- MITIDIERO, Daniel (em coautoria), MARINONI, Luiz Guilherme, *O Projeto do CPC: críticas e propostas*, São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.
- _____, *Colaboração no Processo Civil: pressupostos sociais, lógicos e éticos*, São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.
- NERY JR., Nelson, *Princípios do Processo Civil na Constituição Federal*, 10ª edição, São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.
- NEVES, Celso, *Estrutura fundamental do processo civil: tutela jurídica processual, processo e procedimento*, 2ª edição, Rio de Janeiro: Forense, 1997.
- NEVES, Marcelo, *A Constitucionalização Simbólica*, 2ª edição, São Paulo: WMF Martins Fontes, 2007.

- NORMAND, Jacques, *I poteri del giudice e delle parti quanto al fondamento delle pretese controverse*, Rivista di Diritto Processuale, n. 3, 1988, p. 722.
- _____, (em coautoria), AMRANI-MEKKI, Soraya, e CADIET, Loïc, *Théorie générale du procès*, Paris: Presses Universitaires de France, 2010.
- NUNES, Dierle José Coelho (em coautoria) e THEODORO JR., Humberto, *Uma dimensão que urge reconhecer ao contraditório no direito brasileiro: sua aplicação como garantia de influência, de não surpresa e de aproveitamento da atividade processual*, Revista de Processo, vol. 168, São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.
- OLIVEIRA, Carlos Alberto Alvaro de, *Garantia do Contraditório* in CRUZ E TUCCI, José Rogério (coord.), *Garantias Constitucionais do Processo Civil: Homenagem aos 10 anos da Constituição Federal de 1988*, São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999.
- _____, *Teoria e Prática da Tutela Jurisdicional*, Rio de Janeiro: Forense, 2008.
- _____, *Formalismo-valorativo no confronto com o formalismo excessivo* in DIDIER JR., Freddie (coord.), *Leituras complementares de Processo Civil*, Salvador: Jus Podivm, 8ª edição revisada e ampliada, 2010.
- _____, *Poderes do juiz e visão cooperativa do processo I*, disponível em [http://www.abdpc.org.br/abdpc/artigos/Carlos%20A%20de%20Oliveira%20\(8\)%20-formatado.pdf](http://www.abdpc.org.br/abdpc/artigos/Carlos%20A%20de%20Oliveira%20(8)%20-formatado.pdf), acesso em 13 de janeiro de 2014.
- OST, François, *Júpiter, Hércules, Hermes: tres modelos de juez*, disponível em <http://www.cervantesvirtual.com/obra/jpiter-hrcules-y-hermes--tres-modelos-de-juez-0/>, acesso em 15/01/2014.
- PAIXÃO, Cristiano (em coautoria); MIRANDA, Adriana Andrade; SOUZA JR., José Geraldo de; e SILVA, Fábio de Sá, *Pensando o Direito: Observatório do Judiciário*, n. 15/2009, disponível em http://participacao.mj.gov.br/pensandoodireito/wp-content/uploads/2012/11/15Pensando_Direito.pdf, acesso em 27 de setembro de 2013.

- PERROT, Roger, *Institutions judiciaires*. 13^e éd. Paris (FRA): Montchrestien, 2008.
- _____, *O processo civil francês na véspera do século XXI*, trad. José Carlos Barbosa Moreira, Revista Forense, v. 342, Rio de Janeiro: Forense, 1998.
- PICARDI, Nicola, *Jurisdição e Processo*, organizador e revisor técnico da tradução OLIVEIRA, Carlos Alberto Alvaro de, Rio de Janeiro: Forense, 2008.
- PRÜTTING, Hans, *Estudios de proceso civil alemán contemporáneo in Código Procesal Alemán (ZPO)*, Montevideo: Konrad Adenauer Stiftung, 2006.
- REDISH, Martin (em coautoria), MARCUS, Paul, SHERMAN, Edward, *Civil procedure: a modern approach*, 2^a edição, St. Paul: West Publishing, 1995.
- RESNIK, Judith, *Managerial Judges*, Harvard Law Review, vol. 96, HeinOnline, 1982-1983.
- SADEK, Maria Tereza, *Poder Judiciário: perspectivas de reforma*, Revista Opinião Pública, v. 10, n. 1, Campinas, 2004, disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762004000100002&lng=en&nrm=iso, acesso em 28 de setembro de 2013.
- _____, *Magistrados: uma imagem em movimento*, Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- _____, *Pesquisa Empírica em Direito: Anais do I Encontro de Pesquisa Empírica em Direito*, CUNHA, Alexandre dos Santos e DA SILVA, Paulo Eduardo Alves (coord. e org.), disponível em http://ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_pesquisa_empirica_direito.pdf, acesso em 25 de setembro de 2013.
- SALLES, Carlos Alberto de, *Duas faces da proteção judicial dos direitos sociais no Brasil in* SALLES, Carlos Alberto de (coord.), *As grandes transformações do processo civil brasileiro - homenagem a Kazuo Watanabe*, São Paulo: Quartier Latin, 2009.

- _____, *Processo Civil de Interesse Público* in SALLES, Carlos Alberto de (org.), *Processo Civil e interesse publico: o processo como instrumento de defesa social*, São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.
- SHAPIRO, Martin, *Who guards the guardians? Judicial Control of administration*, Athens (USA): Georgia University, 1988.
- SHERMAN, Edward (em coautoria), REDISH, Martin, MARCUS, Paul, *Civil procedure: a modern approach*, 2ª edição, St. Paul: West Publishing, 1995.
- SICA, Heitor Vitor Mendonça, *Preclusão Processual Civil*, 2ª edição, São Paulo: Atlas, 2008.
- _____, *O Direito de Defesa no Processo Civil Brasileiro: um estudo sobre a posição do réu*, São Paulo: Atlas, 2011.
- _____, *Os velhos e novos institutos fundamentais do direito processual civil* in ZUFELATO, Camilo e YARSHELL, Flávio Luiz (orgs.), *40 anos da Teoria Geral do Processo no Brasil*, Malheiros: São Paulo, 2013.
- SILVA, Fábio de Sá (em coautoria); PAIXÃO, Cristiano; MIRANDA, Adriana Andrade; e SOUZA JR., José Geraldo de, *Pensando o Direito: Observatório do Judiciário*, n. 15/2009, disponível em http://participacao.mj.gov.br/pensandoodireito/wp-content/uploads/2012/11/15Pensando_Direito.pdf, acesso em 27 de setembro de 2013.
- SILVA, José Afonso da, *Aplicabilidade das Normas Constitucionais*, 8ª edição, São Paulo: Malheiros, 2012.
- SILVA, Paulo Eduardo Alves da, *Gerenciamento de Processos Judiciais*, São Paulo: Saraiva, 2010.
- SILVEIRA, João José Custódio da, *O juiz e a condução equilibrada do processo*, São Paulo: Saraiva, 2012.

SOUZA JR., José Geraldo de (em coautoria); SILVA, Fábio de Sá; PAIXÃO, Cristiano; e MIRANDA, Adriana Andrade, *Pensando o Direito: Observatório do Judiciário*, n. 15/2009, disponível em http://participacao.mj.gov.br/pensandoodireito/wp-content/uploads/2012/11/15Pensando_Direito.pdf, acesso em 27 de setembro de 2013.

TARUFFO, Michele (em coautoria); HAZARD JR, Geoffrey, *American Civil Procedure: an introduction*, New Haven, Londres: Yale University Press, 1993

_____, *Aspetti fondamentali del processo civile di civil law e di common law*, in: Revista da Faculdade de Direito da UFPR, v. 36, 2001. p. 27.

_____, *Legalità e giustificazione della creazione giudiziaria del diritto*, Rivista Trimestrale di Diritto e Procedura Civile, Milano: Dot. A. Giuffrè, 2001.

_____, *The lawyer's role and the models of civil process*, Israel Law Review, vol. 16, HeinOnline, 1981.

_____, *Os modelos processuais de civil law e de common law*, Revista de Processo, vol 110, São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.

THEODORO JR., Humberto, (em coautoria) e NUNES, Dierle José Coelho, *Uma dimensão que urge reconhecer ao contraditório no direito brasileiro: sua aplicação como garantia de influência, de não surpresa e de aproveitamento da atividade processual*, Revista de Processo, vol. 168, São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

TROCKER, Nicolò, *Processo Civile e Costituzione: Problemi di Diritto Tedesco e Italiano*, Milano: Giuffrè, 1974.

TRUBEK. David M, *Max Weber sobre Direito e Ascensão do Capitalismo*, Revista Boletim, vol. 34, São Paulo, Direito GV, 2007.

TUCCI, Rogério Lauria, (em coautoria) e JOSÉ ROGÉRIO CRUZ E TUCCI *Constituição de 1988 e Processo: Regramentos e garantias constitucionais do processo*, São Paulo: Saraiva, 1989.

YARSHELL, Flávio Luiz, *Tutela Jurisdicional*, 2ª edição, São Paulo: DPJ, 2006.

_____, *Antecipação da prova sem o requisito da urgência e direito autônomo à prova*, São Paulo: Malheiros, 2009.

WAMBIER, Teresa Arruda Alvim, *Omissão Judicial e Embargos de Declaração*, São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

_____, *A influência do contraditório na convicção do juiz: fundamentação de sentença e de acórdão*, Revista de Processo, vol. 168, São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

WATANABE, Kazuo, *Acesso à Justiça e Sociedade Moderna in* DINAMARCO, Cândido Rangel, GRINOVER, Ada Pellegrini, e WATANABE, Kazuo (coords.), *Participação e Processo*, São Paulo: Revista dos Tribunais, 1998.

_____, *Cultura da Sentença e Cultura da Pacificação in* YARSHELL, Flávio Luiz; MORAES, Maurício Zanetti (orgs.), *Estudos em Homenagem à Professora Ada Pellegrini Grinover*, São Paulo: DPJ, 2005.

_____, *Da Cognição no Processo Civil*, 4ª edição, São Paulo: Saraiva, 2012.

ZACLIS, Lionel, *Direito Processual Civil Estadunidense in* CRUZ e TUCCI, José Rogério (coord.), *Direito Processual Civil Americano Contemporâneo*, São Paulo: Lex, 2010.

ÍNDICE DE FONTES

Anteprojeto de novo Código de Processo Civil (Brasil – 2010)

Code de Procédure Civile (França – 1975) – Decreto nº 75-1123/1975

Código de Processo Civil (Brasil – 1973) – Lei nº 5.859/1973

Código de Processo Civil (Portugal – 2013) – Lei nº 41/2013

Conselho Nacional de Justiça – relatórios “Justiça em números” – disponíveis em www.cnj.jus.br

Constituição da República Federativa do Brasil (Brasil – 1988)

Constitution of the United States of America (Estados Unidos da América – 1787)

Decreto nº 2005-1678/2005 (França – 2005)

Federal Rules of Civil Procedure (Estados Unidos da América – 1938, 1983, 1993)

Federal Rules of Evidence (Estados Unidos da América – 1975)

Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça – disponível em www.stj.jus.br

Projeto de Lei do Senado nº 166/2010 (autor: José Sarney)

Projeto de Lei nº 8.046/2010 Decisão saneadora (autos nº 0000241-40.2012.8.26.0426, 1ª Vara Cível de Patrocínio Paulista - SP) - disponível em www.tjsp.jus.br